

ACTA NÚMERO 01/XII/1ª SL

12.Julho.2011 – 17h30

MESA E COORDENADORES DO GRUPOS PARLAMENTARES

Aos 12 dias do mês de Julho de 2011, pelas 17:30 horas, reuniu a Mesa e os Coordenadores dos Grupos Parlamentares da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Organização, Regulamento e Plano de Actividades.

2. Marcação da 1ª reunião

1. Organização, Regulamento Interno e Plano de Actividades

Foi distribuída uma proposta de Regulamento Interno da Comissão, tendo a sua apreciação e votação sido agendadas para a próxima reunião da Comissão.

O Senhor Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares o envio de propostas para o Plano de Actividades da Comissão, para subsequente apreciação e votação.

No que diz respeito à eventual constituição de subcomissões e grupos de trabalho, interveio o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), manifestando algumas reservas em relação à proliferação de grupos de trabalho, dada a dificuldade em assegurar a presença do seu Grupo Parlamentar em todos eles. Por força do alargamento de competências da Comissão, sugeriu que se pondere a criação de uma subcomissão de Cultura.

A este respeito, interveio o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que propôs a discussão deste assunto aquando da apreciação das propostas relativas ao Plano de Actividades.

A Senhora Deputada Odete João (PS) considerou que uma boa organização da Comissão permitirá a discussão das várias matérias ao nível da Comissão,

entendendo que a estrutura das subcomissões limita a capacidade de participação dos Deputados. Pese embora considere que a estrutura dos Grupos de Trabalho possibilita uma actuação mais ágil, pela sua composição e organização, defendeu que deverá evitar-se a sua multiplicação.

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) considerou que os grupos de trabalho que vierem a ser constituídos deverão ocupar-se de matérias específicas, com mandatos concretos, pelo que a sua designação deverá ser mais concisa. Aventou também, para reflexão, a proposta de criação de grupos de trabalho para o efeito das audiências.

A este propósito, interveio o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), defendendo que se adopte o procedimento anteriormente seguido na Comissão, em que o Presidente recebia as entidades, numa reunião aberta aos deputados que entendessem estar presentes.

Ressalvando expressamente aqueles pedidos de audiência que, por sua natureza, tenham que ser atendidos pelo plenário da comissão, o Senhor Presidente da Comissão também considerou adequada quer a metodologia avançada pelo Senhor Deputado Miguel Tiago, quer uma outra, similar, de agendar as audiências para uma delegação da CECC composta por um(a) deputado(a) por partido, com presença, sempre que possível, do Presidente ou de uma das Vice-presidentes. O importante, segundo o Presidente, será ter sentido prático para assegurar que a resposta aos pedidos de audiência não demore demasiado. Este assunto ficou de ser apreciado em plenário da Comissão.

2. Outros assuntos

Em relação às petições admitidas na anterior Legislatura, e já distribuídas aos Grupos Parlamentares, foi deliberado que as mesmas se mantêm nos respectivos grupos parlamentares, caso estes aceitem.

O Senhor Presidente chamou ainda a atenção para a necessidade de a Comissão se pronunciar em relação à situação da petição n.º 169/X, que deu entrada na AR por via electrónica, em Fevereiro de 2011, tendo o então Presidente da Assembleia da República remetido a mesma à 1.ª Comissão. Nessa petição, solicita-se a declaração de inconstitucionalidade da legislação relativa à exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez, mas também outros pedidos de declaração de inconstitucionalidade de diversa legislação incluída nas competências de outras Comissões, como era o caso do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos.

A 1.^a Comissão considerou tratar-se de um único texto, contendo várias petições, que deveriam ser autonomizadas. Assim, solicitou ao Presidente da Assembleia da República o seu envio às Comissões consideradas competentes em razão das matérias, o que mereceu a sua concordância.

Os Deputados da Comissão deliberaram solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República a reapreciação do despacho, por considerarem que compete à 1.^a Comissão a análise dos vários pedidos de declaração de inconstitucionalidade. O Senhor Presidente referiu ainda que pondera levar este assunto à Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares.

3. Marcação da próxima reunião

A próxima reunião da Comissão terá lugar no dia 19 de Julho, às 15h00.

Foi ainda decidido agendar, para esse mesmo dia, às 16h00, uma audição aos responsáveis da candidatura do Fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade.

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 Julho 2011.

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Estiveram presentes, nesta reunião, os seguintes Senhores Deputados:

José Ribeiro e Castro
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Rita Calvário
Amadeu Soares Albergaria